



FERROVIA TEREZA CRISTINA S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Ref. Relatório dos Auditores Independentes sobre
as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
relativas ao exercício findo em 31 de dezembro 2011

CRICIÚMA - SC



**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

Ilmos. Srs.
**Acionistas, Conselheiros e Administradores da
FERROVIA TEREZA CRISTINA S. A.**
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da **FERROVIA TEREZA CRISTINA S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resultado das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente causadas por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.


Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1º, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FERROVIA TEREZA CRISTINA S.A.**, em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações, as mutações do patrimônio social e seus fluxos de caixa, referente ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Criciúma/SC, 01 de março de 2012.


MARCOS DANILLO VIANA
Contador - CRC/RS N. 930.803/O 2 T/SC S/RJ
CPF: 123.871.900-00

OMV AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/SC N. 3.628 S/RJ - AD. N. 10.028/08



FERROVIA TEREZA CRISTINA S.A.
CNPJ N°. 01.629.083/0001-45

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM

ATIVO
(Em milhares de reais)

	31 DEZ 2011	31 DEZ 2010
CIRCULANTE	9.401	7.958
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.262	8
Clientes	3.657	3.718
Tributos a Recuperar	1.566	1.343
Adiantamentos	42	91
Caução	-	131
Estoques	1.439	826
Despesas do Exercício Seguinte	1.735	1.843
NÃO CIRCULANTE	133.734	116.356
Realizável a Longo Prazo	1.442	1.424
Créditos Judiciais	686	686
Depósitos Judiciais	663	665
Valores a Receber a Longo Prazo	73	73
Investimentos	104.766	96.942
Imobilizado	17.526	17.990
TOTAL DO ATIVO	183.135	124.314

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)



FERROVIA TEREZA CRISTINA S.A.
CNPJ N°. 01.629.063/0001-45

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM

PASSIVO
(Em milhares de reais)

	31.DEZ.2011	31.DEZ.2010
CIRCULANTE	16.122	18.183
Fornecedores	918	841
Obrigações Sociais e Trabalhistas	963	1.026
Credores por Cauções e Consignações	63	59
Impostos e Contribuições a Recolher	580	594
Provisão para Contingências	700	540
Parcelas do Arrendamento e Concessão	8.596	8.160
Parcelamento de Tributos Federais	1.614	1.258
Dividendos a Pagar	2.139	102
Outras contas a Pagar	641	373
NÃO CIRCULANTE	103.925	102.702
Obrigações com Arrendamento e Concessão	465	749
Debêntures	84.294	84.286
Parcelamento de Tributos Federais	19.096	17.617
Adiantamento de Clientes	50	50
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19.088	8.452
Capital Social	3.750	3.750
Reserva de Reavaliação	2.221	4.460
Reserva Legal	468	18
Reserva Estatutária	6.649	231
TOTAL DO PASSIVO	133.135	124.318

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)



FERROVIA TEREZA CRISTINA S.A.
CNPJ N. 01.829.083/0001-45

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM
(Em milhares de reais)

	31.DEZ.2011	31.DEZ.2010
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	43.697	41.683
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(1.829)	(1.599)
Impostos Incidentes	(1.829)	(1.599)
RECEITA LÍQUIDA	42.068	40.084
CUSTO DOS SERVIÇOS	(22.719)	(22.255)
LUCRO BRUTO	19.349	17.829
DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS	(111.029)	(9.326)
Despesas Administrativas e Gerais	(6.179)	(5.769)
Despesas Financeiras	(2.776)	(1.058)
Receitas Financeiras	44	2
Outras Despesas Operacionais	(407)	(204)
Outras Receita Operacionais	13	136
Resultado da Equivalência Patrimonial	(1.727)	(2.403)
RESULTADO OPERACIONAL	8.320	8.500
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)	(112)	(14)
RESULTADO ANTES DOS IRPJ E CSLL	8.208	8.486
PROVISÃO PARA IRPJ E CSLL	(1.440)	(1.365)
LUCRO DO EXERCÍCIO	6.768	7.121
Por ação do Capital Social	1,99	2,10

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)



FERROVIA TEREZA CRISTINA S.A.
CNPJ N.º 01.629.063/0001-46

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DE 01 DE JANEIRO DE 2010 À 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Em milhares de reais)

	Reserva de		Reserva de	Resultados	Total
	Capital Social	Reavaliação de Bens da Controlada			
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2.010	3.750	6.842		(9.152)	1.440
Realização da Reserva de Reavaliação		(2.382)		2.382	
Lucro do Exercício				7.121	7.121
Distribuição do Resultado Acumulado				(351)	(351)
Reserva Legal			18		18
Reserva Estatutária			231		231
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.010	3.750	4.460	249		8.459
Realização da Reserva de Reavaliação		(2.239)		2.239	
Lucro do Exercício				6.768	6.768
Distribuição do Resultado Acumulado				(9.607)	(9.607)
Reserva Legal			451		451
Reserva Estatutária			6.417		6.417
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	3.750	2.221	7.117		13.088

[As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.]



FERROVIA TEREZA CRISTINA S.A.
CNPJ N.º 01.629.083/0001-45

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ENCERRADO EM
(Em milhares de reais)

	31 DEZ 2011	31 DEZ 2010
1. CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	13.926	15.111
Caixa Gerado nas Operações	14.731	13.657
Líquido Líquido de Exercício	6.568	7.121
Depreciação e Amortização	3.205	3.072
Equivalência Patrimonial	1.727	2.403
Provisão para Contingências	169	(108)
Autorização das Partes de Arrendamento e Concessão	107	107
Atualização de Títulos e Valores Mobiliários	8	8
Atualização de Parcelamentos Fiscais	2.747	1.084
Variações nos ativos e passivos	(805)	1.454
Contas a Receber	61	(273)
Estoques	66	(321)
Tributos a Recuperar	(224)	(217)
Adiantamentos a Fornecedores	49	(32)
Depósitos Judiciais	(18)	(22)
Fornecedores	77	98
Obrigações Sociais e Trabalhistas	(63)	54
Arrendamento e Concessão a Pagar	172	772
Valores Cauccionados	131	901
Dividendos a Pagar	(102)	-
Amortização de Parcelamentos	(93)	-
Outros	(42)	106
2. CAIXA LÍQUIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(12.672)	(15.197)
Aquisições de Bens do Imobilizado	(3.121)	(3.375)
Valor da Venda de Ativo Imobilizado	-	1
Aquisições de Títulos e Valores Mobiliários	(9.551)	(11.733)
3. AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.254	4
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	8	4
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	1.262	8

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)



FERROVIA TEREZA CRISTINA S.A.
CNPJ Nº 01.629.083/0001-43

**NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Em milhares de Reais)**

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Ferrovia Tereza Cristina S.A. (FTC), foi constituída em dezembro de 1996, tendo como atividade principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de cargas, em conformidade com o Contrato de Concessão, firmado com a União, por intermédio do Ministério dos Transportes, em 28 de janeiro de 1997 e de Arrendamento, com a Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), de acordo com o Edital nº PND/A-07/96/RFFSA, decorrente do Programa Nacional de Desestatização (PND) conforme Decreto nº 473 de 10 de março de 1992 que incluiu a RFFSA no referido Programa.

Todos os bens vinculados ao Contrato de Arrendamento, como locomotivas, vagões, via permanente e instalações da malha Tereza Cristina da unidade de Tubarão/SC, estão sob a administração da FTC.

Os Contratos de Concessão da malha ferroviária e de Arrendamento dos bens da RFFSA foram firmados em 28 de janeiro de 1997, pelo prazo de 30 anos.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1- Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas da Comissão de Valores Mobiliários, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº. 6.404/76) incluindo os dispositivos aplicáveis, pela Lei nº. 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e Lei nº. 11.941, de 27 de maio de 2009. Esses têm como principal objetivo adequar a legislação societária brasileira visando o processo de convergência das práticas adotadas no Brasil, com as constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo *International Accounting Standard Board - IASB*.

A elaboração das demonstrações contábeis conforme as práticas adotadas no Brasil requerem que se use de julgamento na determinação de registro de estimativas contábeis. A liquidação das operações que envolvem as estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Essas estimativas e premissas são revisadas pelo menos anualmente.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela empresa estão descritas a seguir:

a) Classificação de Itens Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com



vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

São classificados como caixa e equivalentes de caixa, numcrário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência do exercício para apropriação de receitas, custos e as despesas correspondentes.

d) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são submetidos ao teste de recuperabilidade para se identificar perdas anualmente ou quando eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

e) Instrumentos Financeiros

Os investimentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São mensurados pelo custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, lançado em conta de resultado.

f) Contas a Receber

As contas a receber estão registradas pelo valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais. As contas a receber de clientes estão registradas no ativo circulante.

g) Estoques

Os estoques foram valorados ao custo médio de aquisição ou produção, líquidos de impostos recuperados e não superam os preços do mercado.

h) Outros Ativos

Os demais ativos estão apresentados ao custo de aquisição, atualizado conforme disposições legais ou contratuais.



i) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. O Resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional.

j) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição dos bens, reduzido ao seu valor recuperável quando aplicável. O imobilizado é submetido ao teste de recuperabilidade quando há indícios internos ou externos de que pode estar desvalorizado.

A depreciação dos bens é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil econômica dos bens.

k) Passivo Circulante e Não Circulante

O passivo circulante e não circulante estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base *pro rata* dias incorridos.

l) Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas, na preparação das demonstrações financeiras são os passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto com o departamento jurídico da empresa.

NOTA 4 - ADOÇÃO DA LEI Nº 11.638/2007

A empresa elegeu como data de adequação às novas normas contábeis o dia 1º de janeiro de 2008 e vem observando as alterações promovidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, portanto as informações relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, são apresentadas de acordo com a legislação e normas vigentes.

Foram analisadas as contas em conformidade com a Lei nº 11.638/2007 e a Lei nº 11.941/2009 e não constou nenhuma alteração relevante, que tivesse efeitos no resultado e no patrimônio líquido da Companhia.

NOTA 5 - INVESTIMENTOS

O investimento na controlada Transferro Operadora Multimodal S.A., está representado da seguinte forma:



	31.dez.2011	31.dez.2010
Capital Social	16.647	16.647
Patrimônio Líquido	16.167	17.894
Ações Possuídas	1.664.699	1.664.699
Percentual de Participação	99,99%	99,99%
Mutações de Investimento		
Valor no início do exercício	17.894	20.297
Equivalência Patrimonial	(1.727)	(2.403)
Valor no fim do exercício	16.167	17.894

NOTA 6 - IMOBILIZADO

O Imobilizado está representado pelas seguintes contas, em data de 31.dez.2011

	Custo	Depreciação Amortização Acumulada	Valor Líquido	% Taxa de Amortização Depreciação
Terrenos	59		59	
Equipamentos de sinalização	306	217	89	10%
Apar. e equip. de telecomunicações	549	490	59	10%
Equipamentos, máquinas e ferramentas	1.836	1.306	530	10% e 20%
Veículos	140	128	12	20%
Móveis e Utensílios	255	138	117	10%
Equipamentos eletrônicos de dados	604	522	82	20%
Sistemas aplicativos e software	753	554	199	20%
Sistema de gestão corporativa	149	149		20%
Outros imobilizados	358	102	256	4% e 10%
Beneficiárias em propriedade de terceiros	31.206	17.210	13.996	10%
Imobilizações em andamento	2.124		2.124	
Total	38.339	20.813	17.526	

NOTA 7 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A empresa possui processos de natureza trabalhista e cível, para os quais foram constituídas provisões nos montantes de R\$ 644 mil e R\$ 65 mil respectivamente, perfazendo um total de R\$ 709 mil, considerados suficientes para fazer face a possibilidade de perdas, de acordo com estimativa de seus advogados.

NOTA 8 - PARCELAMENTOS FISCAIS

Em novembro de 2009, a empresa aderiu ao Programa de Parcelamento de Débitos da Secretaria da Receita Federal instituído pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, referente aos débitos decorrente do processo administrativo nº 18471-001.294/2005-29, com efeitos no cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

O débito está sendo atualizado mensalmente pela taxa SELIC e esses encargos estão sendo lançados em conta de resultado. O montante do débito está sendo reconhecido na conta de parcelamento de tributos federais tanto no Passivo Circulante vencíveis até o próximo exercício quanto no Passivo Não Circulante vencíveis em exercícios subsequentes.



O referido debito atualizado até 31.dez.2011 esta demonstrado na planilha abaixo.

Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Total
1.614	19.096	20.710

NOTA 9 - OPERAÇÕES COM DEBÊNTURES

9.1 - Debêntures emitidas

Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 28 de fevereiro de 1998, foram emitidas 1.100.000 debêntures privadas simples, não conversíveis em ações, em duas séries, no valor nominal de R\$ 100,00 cada, com vencimento final em 28 de fevereiro de 2018, sendo o período de rendimentos coincidente com o vencimento final. A primeira série, correspondente a 300.000 debêntures, são remuneradas pela variação acumulada da taxa do ANBID, juros 12% ao ano e prêmio de 8,5% ao ano. A segunda série, correspondente a 800.000 debêntures, são remuneradas através da participação no lucro líquido da emissora.

Conforme "aditamento ao contrato particular de opções recíprocas de compra e de venda de debêntures" firmado com os debenturistas em 30 de setembro de 2008, ficou pactuado que as debêntures da primeira série fossem remuneradas à taxa de 0,01% ao ano.

Através do "Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures, em Duas Séries, da Companhia", firmado em 30 de dezembro de 2008, foi aumentado o número de debêntures da 2ª série dessa mesma emissão, passando de 200.000 para 800.000.

Todas as debêntures dessa emissão não gozam de garantia, subordinando-se aos credores quirografários, preferindo apenas aos acionistas no ativo remanescente, se houver, em caso de liquidação da emissora, na forma prevista no art. 58, parágrafo 4º da Lei nº 6.404/76.

Estão no mercado 35.003 debêntures da 1ª série dessa emissão, no valor de R\$ 84.294 mil, atualizado até 31.dez.2011, registradas contabilmente no Passivo Não Circulante.

9.2 - Debêntures adquiridas

A empresa adquiriu 885.882 debêntures de empresa privada, no valor de R\$ 88.583 mil, tendo como forma de remuneração a participação no lucro líquido da emissora; todas estas debêntures são vencíveis a longo prazo e serão mantidas até o vencimento, registradas no Ativo Não Circulante.

NOTA 10 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são apresentados a seguir.

Classificação	Não circulante	2011	2010
Mantidos até o vencimento	Debêntures - ativas	86.583	79.058
Passivos financeiros	Debêntures - passivas	84.294	84.286

Os instrumentos financeiros acima são decorrentes das debêntures adquiridas de empresas privadas qualificadas como "mantidos até o vencimento" e as debêntures de sua emissão e negociadas com empresas privadas qualificadas como "passivos financeiros", cujos valores contábeis aproximam-se dos correspondentes valores de realização.



10.1 - Risco de liquidez

Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São mensurados pelo custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais.

NOTA 11 - OBRIGAÇÕES COM ARRENDAMENTO E CONCESSÃO

Refere-se ao saldo relativo à obrigação para com arrendamento dos bens operacionais para a prestação de serviços de transporte ferroviário e a concessão da malha ferroviária, conforme estabelecido nos contratos de arrendamento firmado com a Rede Ferroviária Federal S.A. e de concessão firmado com a União, anteriormente referido.

A empresa adota como prática reconhecer seus compromissos relacionados aos contratos de Concessão e Arrendamento de forma linear mensalmente.

Os valores pagos antecipadamente no início da Concessão e do Arrendamento foram ativados e também são alocados ao resultado linearmente pelo prazo dos contratos.

NOTA 12 - CAPITAL SOCIAL

O capital social está representado por 3.394.234 ações, sem valores nominais, divididas em 1.697.117 ações ordinárias e 1.697.117 ações preferenciais.

O capital social está inteiramente subscrito e integralizado e pertencem a pessoas jurídicas e físicas, domiciliadas no País.

Aos acionistas são garantidos dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado do exercício, nos termos da Lei nº 6.404/1976 e suas alterações.

NOTA 13 - RESERVA DE REAVALIAÇÃO DE BENS EM EMPRESA CONTROLADA

Desde 2002 a controlada Transferro Operadora Multimodal S.A. vem adotando a política de reavaliação parcial dos bens do ativo imobilizado, representados por locomotivas e vagões. A última reavaliação ocorreu no exercício de 2007.

O reflexo total da reavaliação está registrado em conta específica do Patrimônio Líquido da Companhia no valor líquido de R\$ 2.221 mil a ser realizado em exercícios subsequentes. A realização dessa reserva se efetiva pelas depreciações, vendas ou baixas dos bens, levando a parcela para a conta do Resultado Acumulado.

A Lei nº 11.638/2007 eliminou a possibilidade de reavaliação de bens. Assim, os saldos existentes nas reservas de reavaliação constituídas antes da vigência dessa Lei, inclusive as reavaliações reflexas de controladas e coligadas, devem:

- a) ser mantidos até sua efetiva realização; ou
- b) ser estornados até o término do exercício social de 2008

A controlada TRANSFERRO, optou em manter os saldos existentes nas reservas de reavaliação até sua efetiva realização.



NOTA 14 - CONTRATO DE CONCESSÃO E ARRENDAMENTO

Conforme descrito na nota 1, a FTC firmou contrato com a Rede Ferroviária Federal S.A em decorrência da privatização das linhas férreas brasileiras. Este contrato foi assinado em novembro de 1996, sendo que as operações iniciaram em fevereiro de 1997. O prazo total da concessão e do arrendamento é de 30 anos, sendo estabelecido o seu fim em dezembro de 2.026.

Embora a Companhia atue sob regime de concessão, sua atividade não se enquadra nos requerimentos da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.

O prazo de carência foi de 24 meses a partir do seu início, sendo o pagamento da concessão e do arrendamento composto de 112 parcelas trimestrais, atualizadas pelo IGP-DI.

A empresa possui provisionadas as parcelas da concessão e do arrendamento, correspondentes ao período da concessão. De acordo com a forma de pagamento estabelecida, estas contraprestações foram classificadas no Passivo Circulante (vencíveis até 31 de dezembro de 2012) e Passivo Não Circulante (vencíveis após 31 de dezembro de 2012).

O valor correspondente à primeira parcela paga no ato para aquisição do direito de concessão e do arrendamento está contabilizado em "Despesas de Exercício Seguinte" e está sendo amortizada de acordo com o prazo da concessão e do arrendamento.

Bens objeto da concessão e arrendamento:

- a) Máquinas e equipamentos para manutenção de locomotivas, vagões e Via Permanente;
- b) Infra-estrutura e superestrutura da Via Permanente;
- c) Locomotivas, Vagões e Veículos rodoviários e ferroviários;
- d) Prédios, Instalações e Terrenos.

Prazo da concessão e arrendamento: 30 anos.

Compromissos fixos de pagamento: 112 parcelas trimestrais no valor de R\$ 600 mil sendo atualizado anualmente pelo IGP-DI (FGV) acumulado desde o início da concessão e do arrendamento.

Montante residual da concessão e arrendamento:

Valor atualizado pelo IGP-DI até 31 de dez. 2011.	R\$ 128.889 mil
Valor a pagar pelos 15 anos restantes do contrato.	R\$ 128.889 mil
Montante pago durante o exercício de 2011:	R\$ 8.066 mil

A periodicidade de pagamento das parcelas é trimestral.

NOTA 15 - CONTRATOS DE ALUGUEL DE LOCOMOTIVAS E VAGÕES

A Companhia, havia locado equipamentos ferroviários à Ferrovia Paraná S.A. - Ferropar.

Com a decretação da falência da Ferropar em 14.12.2006 (Autos nº 631/2005 - 3ª Vara Cível de Cascavel - PR), e, com a justificativa da continuidade da prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas na Malha Guarapuava - Cascavel, o Governo do Estado do Paraná determinou (Decretos nº 10/2007, 2039/2008, 4123/2009 e 5.044/2010) em favor da Estrada de Ferro Paraná Oeste - Ferroeste, Sociedade de Economia Mista do Estado do Paraná, a requisição de todos os bens.

Esta requisição está "sub judice" nos autos do processo nº 2007.70.00.004154-0, em trâmite na 4ª Vara Federal de Curitiba, em que a Companhia postula a devolução dos bens.



o pagamento pelo uso de acordo com o mercado e indenização pelos danos causados pela falta de manutenção dos referidos bens pela Ferroeste.

NOTA 16 - SEGUROS

ATIVOS	Valor segurado em 2011
Responsabilidade Civil	500
Autônômicos	165
Total	665

A cobertura de seguros é considerada suficiente pela Administração, para cobrir eventual sinistro.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.